

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 1.138/2013 SAPÉ, 17 DE JUNHO DE 2013.**

DENOMINA NOME DE POSTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) NO BAIRRO DA AGROVILA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ,** usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 68, da Lei Orgânica do Município de Sapé, Estado da Paraíba, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica oficialmente denominado de **ESF - ITAMAR BATISTA DA SILVA**, o **ESF - AGROVILA**, Localizado na Rua Adelaide Chaves de Araújo, no Bairro da Agrovila.

**Parágrafo Único** - A denominação de que trata o caput deste artigo, dar-se-á em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados na área da saúde em nosso município, pelo saudoso e inesquecível homenageado.

**Art. 2º** - Depois de Sancionada ou Promulgada a referida Lei, Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, obrigado a comunicar a Agência dos **CORREIOS, ENERGISA, CAGEPA** e a todos os órgãos que forem necessários, para efeito de identificação e cadastramento, a denominação do **ESF (Estratégia Saúde da Família)** de que trata o artigo anterior.

**Art. 3º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas com a aquisição e instalação de placas indicativas ou Pinturas, do Posto **ESF** de que trata no **Art. 1º** desta Lei.

**Art. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data da sua Publicação.

Prefeitura Municipal de Sapé, em 17 de junho de 2013.

**FLÁVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Ozineide Ferreira de Souza  
**Código Identificador:2950B5C0**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 1.139/2013 SAPÉ, 17 DE JUNHO DE 2013**

DISPÕE SOBRE OFERECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR NO PERÍODO DE FÉRIAS PARA ALUNOS CARENTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E EXTENSIVO AS CRECHES MUNICIPAIS.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ,** usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 68, da Lei Orgânica do Município de Sapé, Estado da Paraíba, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, autorizado a disponibilizar merenda escolar no período de férias oficiais àqueles alunos comprovadamente carentes da rede pública municipal de ensino e extensivo aos usuários das creches Municipais.

**Art. 2º** - As listas de gêneros alimentícios das merendas do período de férias devem manter similaridade com os cardápios fornecidos no período letivo, para fins de atendimento das necessidades nutricionais básicas diárias do aluno e usuários das creches.

**Art. 3º** - Para efeitos desta lei considera-se carente o aluno e usuário de creche cuja renda familiar não ultrapasse a 03 (três) salários mínimos ou comprove ser de família de baixa renda (MDS / BOLSA FAMÍLIA).

**Art. 4º** - Para os benefícios desta lei, compete às escolas e creches da rede municipal realizar a triagem e o cadastramento de alunos e usuários que atendam aos requisitos do artigo anterior.

**Art. 5º** - As despesas com a execução desta lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

**Art. 6º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sapé, em 17 de junho de 2013.

**FLÁVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Ozineide Ferreira de Souza  
**Código Identificador:352D1433**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 1.140/2013 SAPÉ, 17 DE JUNHO DE 2013**

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ,** usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 68, da Lei Orgânica do Município de Sapé, Estado da Paraíba, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**  
**Seção Única**

**Art. 1º** - Em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165 da Constituição Federal e nas normas contidas na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Sapé para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

- As metas e prioridades da Administração Pública;
- A estrutura e organização do orçamento;
- Orientação para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2014, incluindo as despesas de capital;
- As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- Equilíbrio entre receitas e despesas;
- Critérios para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas;
- As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais.
- As disposições Gerais.

§ 1º - Em conformidade com o que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

**1 - Anexo de Metas Fiscais para 2014:**

- **Demonstrativo I** - Metas Anuais.
- **Demonstrativo II** - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- **Demonstrativo III** - Metas Fiscais Anuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- **Demonstrativo IV** - Evolução do Patrimônio Líquido;
- **Demonstrativo V** - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- **Demonstrativo VI** - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- **Demonstrativo VII** - Projeção Atuarial do RPPS
- **Demonstrativo VIII** - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- **Demonstrativo IX** - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

• **Demonstrativo X** – Fixação das Despesas de Capital para o exercício de 2014.

**II – Anexo de Riscos Fiscais.**

§ 2º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2014, em consonância com a Legislação vigente, têm o seguinte objetivo:

I – Desenvolvimento do atendimento à saúde da população, com o incremento de ações, que visem à melhoria dos programas implantados e a implantação, e redução da mortalidade infantil através de políticas de saúde.

II – Incremento do aumento de vagas no ensino fundamental que procurem atender a todas as crianças em idade escolar.

III – Aumentar o número de vagas nas creches e em estabelecimentos de educação infantil que visem atender todas as crianças de famílias carentes residentes no município.

IV – Promover ações de estímulo ao esporte e Lazer no município.

V – Assistência e proteção à maternidade, à infância, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos que necessitem de auxílios do poder público.

VI – Oferecer capacitação a população através de Cursos Profissionalizantes.

VII – Ampliar o número de vagas oferecidas aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, visando o combate sistemático ao analfabetismo.

VIII – Desenvolvimento em articulação com Governos Federal, Estadual e outros organismos de programas visando à implantação de políticas de:

- a) Preservação do meio-ambiente;
- b) Desenvolvimento de Projetos de Habitação Urbana e Rural para população de baixa renda
- c) Preservação do patrimônio histórico cultural e político social.
- d) Saneamento Básico
- e) Aprimorar a infra-estrutura municipal.
- f) Atendimento à criança e ao Adolescente em Jornada Ampliada
- g) Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura;
- h) Geração de Emprego e Renda.

Art. 2º - As ações e metas prioritárias da Administração Pública Municipal são as discriminadas no Demonstrativo X a esta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no projeto de lei orçamentária anual para 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DEFINIÇÕES**

**Seção Única**

Art. 3º - As definições dos termos e os conceitos constantes desta Lei são aqueles estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

**CAPÍTULO III**  
**DO ORÇAMENTO MUNICIPAL**

**Seção I**

**Do Equilíbrio**

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 2014 será assegurado o equilíbrio, na forma da LC nº 101/2000, não podendo o valor das despesas fixadas serem superiores as das receitas previstas.

**Seção II**

**Projeto de Lei Orçamentária**

Art. 5º - O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2014 será elaborado de forma compatível com a Lei Complementar nº 101/2000, com a Lei 4.320/64, com as disposições da Constituição do Estado da Paraíba, com o plano plurianual e com as disposições desta Lei, obedecendo aos prazos constantes nas Resoluções do Tribunal de Contas.

§ 1º - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária, para o exercício de 2014, programas, projetos e metas existentes no plano plurianual em vigor, em decorrência da compatibilização das despesas com a previsão de receitas, sem prejuízo das prioridades aqui definidas.

§ 2º - Poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária os projetos imprecisos constantes do plano plurianual, consoante disposição de § 4º do art. 5º da LC Nº 101/2000.

§ 3º - Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

§ 4º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2014 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 5º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2014 será composta das seguintes peças:

I – Projeto de Lei Orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de texto e demonstrações;

II – Anexos, compreendendo o orçamento fiscal e de seguridade social, contendo os seguintes demonstrativos:

a) analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;

b) recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pelo artigo 212 da Constituição Federal;

c) recursos destinados à promoção de ações voltadas à criança e adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelos respectivos conselhos;

d) sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

e) natureza da despesa, para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;

f) despesa por fontes de recursos para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;

g) receita e despesa por categorias econômicas;

h) despesas previstas consolidada, ao nível de categoria econômica, subcategoria, elemento e sub-elemento;

i) programa de trabalho de cada unidade orçamentária, ao nível de função, sub-função e projetos / atividades;

j) consolidado por funções, sub-função e programas;

l) consolidado por funções, sub-função e programas, evidenciando os recursos vinculados;

m) despesa por órgãos e funções;

n) despesa por unidade orçamentária e por categoria econômica;

o) despesa por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao Orçamento Global;

p) recursos destinados ao Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – FUNDEB;

q) programação referente ao atendimento da aplicação em ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 29/2000.

r) despesas de caráter obrigatório e continuado, conforme definido no art. 17 da LC 101/2000.

III – Mensagem, contendo uma análise da conjuntura econômica e as implicações sobre a proposta orçamentária;

§ 1º - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços vigentes em agosto de 2013.

§ 2º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, as respectivas para a arrecadação no exercício de 2013 e as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária.

§ 3º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "déficit" ou "superávit" corrente.

Art. 7º - No texto da lei orçamentária para o exercício de 2014 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 60 % (sessenta por cento) do total da receita prevista, assim como autorização para remanejamento de uma Unidade para outra.

Art. 8º - O Orçamento para o exercício de 2014 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e Administração Indireta, podendo subdividir as Unidades Gestoras.

Art. 9º - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma da Lei.

Art. 10 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos

ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual enquanto não iniciada a votação, na Comissão Específica.

**Seção III**  
**Da Classificação das Receitas e Despesas**

Art. 11 - Na lei orçamentária a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

- I - CATEGORIA ECONÔMICA
- II - GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA
- III - ELEMENTO DE DESPESA

§ 1º - A classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa conforme a lei orçamentária anual.

§ 2º - As categorias de programação de que trata o "caput" deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título e descritor que caracterize as respectivas metas ou ação política esperada, segundo a classificação funcional programática estabelecida no § 2º do art. 8º e no Anexo 5 da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64 e Portaria 163 de 04/05/2001, e suas alterações posteriores.

§ 3º - Para atender as disposições contidas no § 1º do Art. 18 da LC nº 101/2000, deverá ser criado nas unidades específicas, programas denominados "Outras Despesas de Pessoal - Terceirização de Mão-de-obra".

§ 4º - As ajudas e doações a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com a Lei Municipal, que regulamenta a destinação de recursos para atender doações a pessoas carentes, visando suprir necessidades comuns e de baixo custo, estabelecendo critérios e forma de comprovação.

Art. 12 - As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

Art. 13 - A Classificação da Receita a ser dotada para o orçamento de 2014 obedecerá às disposições do Anexo I da Lei Federal nº 4.320, atualizada pela Portaria 163/2001 e suas alterações.

**Parágrafo único** - A Classificação orçamentária poderá ser alterada diante da superveniência de norma estabelecida pela União Federal.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS RECEITAS**  
**Seção Única**

Art. 14 - A execução da receita obedecerá às disposições das Seções I e II do Capítulo III, artigos 11 a 14 e demais disposições da LC nº 101/2000, assim como Portaria 326 STN.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2014 serão levados em consideração, para efeito de previsão de receita, os seguintes fatores:

- I - efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II - variações de índices de preços;
- III - crescimento econômico;
- IV - Índice inflacionário

§ 2º - A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será permitido se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos do § 1º, do art. 12 da LC nº 101/00.

Art. 15 - A concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma prevista na LC nº 101/2000.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DESPESAS COM PESSOAL**  
**SEÇÃO ÚNICA**

Art. 16 - Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos nos art. 18º a 23º e demais disposições da LC nº 101/2000.

Art. 17 - O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, explicitando, de forma individualizada, os valores de cada item considerado para efeito do cálculo das receitas líquidas e das despesas totais de pessoal, evidenciando o percentual das receitas comprometidas com pessoal.

§ 1º - Para efeito do cálculo de que trata este artigo, entendem-se como despesas de pessoal, o somatório dos gastos do Município com ativos, inativos e os pensionistas, relativos a mandato eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas à entidade de previdência, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação vigente.

§ 2º - A despesa total com pessoal, para o atendimento das disposições da LC nº. 101/00 será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 3º - Cabe ao serviço de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados nos §§1º e 2º deste artigo.

Art. 18 - Para atendimento das disposições do art. 7º da Lei Federal nº 9.424, de 24.12.96, o Poder Executivo poderá conceder abono salarial aos profissionais de magistério, assim como, em decorrência da emenda constitucional 25, ficando autorizado a todos os servidores municipais.

Art. 19 - A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 19/98, para o exercício de 2014, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, respeitados os limites constantes da LC nº 101/00, devendo estar autorizado, também, obedecendo a

legislação vigente, conceder reajuste aos Agentes Políticos e Secretariados, limitado ao estabelecido para os servidores municipais.

**Art. 20** - Criação de novos cargos ou função e/ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários do município, contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e admitir pessoal aprovado em concurso público, nos termos da legislação vigente.

## **CAPÍTULO VI** **DAS TRANSFERÊNCIAS E SUBVENÇÕES**

### **Seção I**

#### **Repasse de Recursos ao Poder Legislativo**

**Art. 21** - Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura na data estabelecida no art. 168 da Constituição Federal, através de suprimento de fundos de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25 de 14 de fevereiro de 2.000, devendo o controle interno (Contadoria) da Câmara Municipal, consoante art. 74 da Constituição Federal, encaminhar os balancetes ao Poder Executivo, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado.

### **Seção II**

#### **Repasse a Instituições Públicas e Privadas**

**Art. 22** - Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2014, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários privados sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculados ao Município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá, respeitadas as disposições da LC Nº 101/2000, de formalização do instrumento de liberação de recursos e das regras do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**I** - de que as entidades sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

**II** - de lei específica, autorizativa da subvenção;

**III** - da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;

**IV** - da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

**V** - da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 31 de julho de 2013.

**VI** - Não se encontra em situação de inadimplência no que se refere a Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

**Parágrafo único** - Não constará na proposta orçamentária para o exercício de 2014, dotações para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos, I, III, IV e V do presente artigo.

**Art. 23** - A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

## **CAPÍTULO VII** **DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FISCALIZAÇÃO**

### **Seção I**

#### **Da Limitação do Empenho**

**Art. 24** - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

**I** - com pessoal e encargos patronais;

**II** - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o dispositivo no artigo 45 da Lei complementar nº 101/2000;

**Art. 25** - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014 o Cronograma Mensal de Desembolso e as Metas Bimestrais de Arrecadação nos termos dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101.

### **Seção II**

#### **Do Controle Interno**

**Art. 26** - Até a publicação de código de administração financeira própria, o Município adotará as normas e regulamentos do Código de Administração Financeira do Estado da Paraíba, respeitada as disposições da legislação federal em vigor.

## **CAPÍTULO VIII** **DAS VEDACÕES**

### **Seção Única**

#### **Disposições Gerais**

**Art. 27** - Será considerada não autorizada, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de

obrigação em desacordo com o art. 15 da LC nº 101/2000, quando desacompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes, bem como de declaração expressa do ordenador da despesa que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual.

**Art. 28** - É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS DÍVIDAS**

#### **Seção I**

#### **DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA**

##### **Subseção I**

#### **Dos Precatórios**

**Art. 29** - Será consignada, no orçamento para o exercício de 2014, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2013, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2014, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal.

§ 2º - O Sistema de Controle Interno da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de contabilidade.

**Subseção II**  
**Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna**

Art. 30 - O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Interna, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

Art. 31 - O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá à disposição da LC Nº 101/2000.

**CAPÍTULO X**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Seção I**

**Dos Prazos**

Art. 32 - A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2014 será entregue ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2013 e devolvido para sanção até 30 (trinta) de novembro, consoante disposições da Constituição do Estado da Paraíba.

Art. 33 - A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2014, será entregue ao Poder Executivo até 31 (trinta e um) de junho de 2013 para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária, observadas as disposições do art. 29-A da CF, com a redação que lhe deu a emenda 58/2009, podendo, em decorrência de erro ou omissão, ser ajustado pelo Poder Executivo através da Contadoria Municipal, evidenciando os motivos.

**Seção II**

**Alterações na Legislação Tributária**

Art. 34 - Os projetos de lei relativos a alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2014, deverão ser encaminhadas ao Poder Legislativo até novembro de 2013 e impreterivelmente ser apreciadas pelo Poder Legislativo antes do recesso parlamentar.

**Seção III**

**Das Disposições Gerais**

Art. 35 - O Poder Executivo poderá firmar convênios, com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infraestrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, promoção de atividades geradoras de empregos, bem como cooperação técnica e financeira para propiciar realização de atividades e/ou serviços com finalidades públicas.

Art. 36 - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município, oferecendo sugestões:

I - ao Poder Executivo, até 30 de julho do corrente ano, junto à Secretaria de Finanças;

II - ao Poder Legislativo, na comissão técnica, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais;

III - Através de orçamento participativo

§ 1º - As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Art. 37 - A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na lei orçamentária anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas Resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Art. 38 - O valor do Orçamento para o Poder Legislativo a ser incluído no Orçamento Global do Município, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete) por cento, relativos ao somatório da receita

tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º - Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 2º - Se o Poder Legislativo não encaminhar no prazo legal sua proposta orçamentária, será considerada como proposta a executada no orçamento vigente, tendo como base de referência, a execução relativa ao mês de julho, prevalecendo os acréscimos ou deduções concernentes a Créditos Especiais.

Art. 39 - O poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício financeiro de 2014, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 40 - A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2014, destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 41 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal através de órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 42 - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2013, a programação nele constante poderá ser executada até o limite mensal de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Legislativo, até que seja sancionada a respectiva Lei Orçamentária.

Art. 43 - Os relatórios resumidos da execução orçamentária serão elaborados e divulgados na conformidade dos arts. 52 e 53 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000.

Art. 44 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 45 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sapé, em 17 de junho de 2013

**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
Prefeito

Publicado por:  
Ozineide Ferreira de Souza  
Código Identificador: B56FB6C6

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 371/2013 SAPÉ, 17 DE JUNHO DE 2013**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Sapé, e Lei nº 905/2005 de 09 de dezembro de 2005, alterada pela Lei nº 1.078/2012, de 06 de fevereiro de 2012.

**R E S O L V E**

Nomear o senhor **JOSIVALDO RODRIGUES DE ARAÚJO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor da Divisão de Administração e Finanças - Departamento Municipal de Trânsito - DMTRANS, do Gabinete do Prefeito. Os efeitos desta portaria retroagem a 03 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito, em 17 de junho de 2013.

**FLÁVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

Lei nº.1.140/2013

Sapé, 17 de junho de 2013.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A  
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA  
DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 68, da Lei Orgânica do Município de Sapé, Estado da Paraíba, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**  
**Seção Única**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165 da Constituição Federal e nas normas contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Sapé para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

- a. As metas e prioridades da Administração Pública;
- b. A estrutura e organização do orçamento;
- c. Orientação para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2014, incluindo as despesas de capital;
- d. As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- e. Equilíbrio entre receitas e despesas;
- f. Critérios para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas;
- g. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais.
- h. As disposições Gerais.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º – Em conformidade com o que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

**I – Anexo de Metas Fiscais para 2014:**

- a. **Demonstrativo I** – Metas Anuais.
- b. **Demonstrativo II** – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c. **Demonstrativo III** – Metas Fiscais Anuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- d. **Demonstrativo IV** – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e. **Demonstrativo V** – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f. **Demonstrativo VI** – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- g. **Demonstrativo VII** – Projeção Atuarial do RPPS
- h. **Demonstrativo VIII** – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- i. **Demonstrativo IX** – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
- j. **Demonstrativo X** – Fixação das Despesas de Capital para o exercício de 2014.

**II – Anexo de Riscos Fiscais.**

§ 2º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2014, em consonância com a Legislação vigente, têm o seguinte objetivo:

- I – Desenvolvimento do atendimento à saúde da população, com o incremento de ações, que visem à melhoria dos programas implantados e a implantar, e redução da mortalidade infantil através de políticas de saúde.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

II – Incremento do aumento de vagas no ensino fundamental que procurem atender a todas as crianças em idade escolar.

III – Aumentar o número de vagas nas creches e em estabelecimentos de educação infantil que visem atender todas as crianças de famílias carentes residentes no município.

IV – Promover ações de estímulo ao esporte e Lazer no município.

V – Assistência e proteção à maternidade, à infância, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos que necessitem de auxílios do poder público.

VI – Oferecer capacitação a população através de Cursos Profissionalizantes.

VII – Ampliar o número de vagas oferecidas aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, visando o combate sistemático ao analfabetismo.

VIII – Desenvolvimento em articulação com Governos Federal, Estadual e outros organismos de programas visando à implantação de políticas de:

- a) Preservação do meio-ambiente;
- b) Desenvolvimento de Projetos de Habitação Urbana e Rural para população de baixa renda
- c) Preservação do patrimônio histórico cultural e político social.
- d) Saneamento Básico
- e) Aprimorar a infra-estrutura municipal.
- f) Atendimento à criança e ao Adolescente em Jornada Ampliada
- g) Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura;
- h) Geração de Emprego e Renda.

**Art. 2º** - As ações e metas prioritárias da Administração Pública Municipal são as discriminadas no Demonstrativo X: a esta Lei, as quais terão procedência na alocação dos recursos no projeto de lei orçamentária anual para 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II  
DAS DEFINIÇÕES  
Seção Única

Art. 3º - As definições dos termos e os conceitos constantes desta Lei são aqueles estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

CAPÍTULO III  
DO ORÇAMENTO MUNICIPAL  
Seção I  
Do Equilíbrio

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 2014 será assegurado o equilíbrio, na forma da LC nº 101/2000, não podendo o valor das despesas fixadas serem superiores às das receitas previstas.

Seção II  
Projeto de Lei Orçamentária

Art. 5º - O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2014 será elaborado de forma compatível com a Lei Complementar nº 101/2000, com a Lei 4.320/64, com as disposições da Constituição do Estado da Paraíba, com o plano plurianual e com as disposições desta Lei, obedecendo aos prazos constantes nas Resoluções do Tribunal de Contas.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária, para o exercício de 2014, programas, projetos e metas existentes no plano plurianual em vigor, em decorrência da compatibilização das despesas com a previsão de receitas, sem prejuízo das prioridades aqui definidas.

§ 2º - Poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária os projetos imprecisos constantes do plano plurianual, consoante disposição de § 4º do art. 5º da LC Nº 101/2000.

§ 3º - Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

§ 4º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2014 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 5º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

**Art. 6º** - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2014 será composta das seguintes peças:

I - Projeto de Lei Orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de texto e demonstrações;

II - Anexos, compreendendo o orçamento fiscal e de seguridade social, contendo os seguintes demonstrativos:



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

- a) analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;
- b) recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pelo artigo 212 da Constituição Federal;
- c) recursos destinados à promoção de ações voltadas à criança e adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelos respectivos conselhos;
- d) sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- e) natureza da despesa, para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;
- f) despesa por fontes de recursos para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;
- g) receita e despesa por categorias econômicas;
- h) despesas previstas consolidada, ao nível de categoria econômica, subcategoria, elemento e sub-elemento;
- i) programa de trabalho de cada unidade orçamentária, ao nível de função, sub-função e projetos / atividades;
- j) consolidado por funções, sub-função e programas;
- l) consolidado por funções, sub-função e programas, evidenciando os recursos vinculados;
- m) despesa por órgãos e funções;
- n) despesa por unidade orçamentária e por categoria econômica;
- o) despesa por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao Orçamento Global;



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

- p) recursos destinados ao Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – FUNDEB;
- q) programação referente ao atendimento da aplicação em ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 29/2000.
- r) despesas de caráter obrigatório e continuado, conforme definido no art. 17 da LC 101/2000.

III – Mensagem, contendo uma análise da conjuntura econômica e as implicações sobre a proposta orçamentária;

§ 1º - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços vigentes em agosto de 2013.

§ 2º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, as respectivas para a arrecadação no exercício de 2013 e as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária.

§ 3º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "déficit" ou "superávit" corrente.

Art. 7º - No texto da lei orçamentária para o exercício de 2014 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 60 % (sessenta por cento) do total da receita prevista, assim como autorização para remanejamento de uma Unidade para outra.

Art. 8º - O Orçamento para o exercício de 2014 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e Administração Indireta, podendo subdividir as Unidades Gestoras.

**Art. 9º** - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição Federal; devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma da Lei.

**Art. 10** – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual enquanto não iniciada a votação, na Comissão Específica.

**Seção III**

**Da Classificação das Receitas e Despesas**

**Art. 11** - Na lei orçamentária a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

- I – CATEGORIA ECONÔMICA
- II – GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA
- III – ELEMENTO DE DESPESA

**§ 1º** - A classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa conforme a lei orçamentária anual.

**§ 2º** - As categorias de programação de que trata o "caput" deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título e descritor que caracterize as respectivas metas ou ação política esperada, segundo a classificação funcional programática estabelecida no § 2º do art. 8º e no Anexo 5 da



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64 e Portaria 163 de 04/05/2001, e suas alterações posteriores.

**§ 3º** - Para atender as disposições contidas no § 1º do Art. 18 da LC nº 101/2000, deverá ser criado nas unidades específicas, programas denominados "Outras Despesas de Pessoal – Terceirização de Mão-de-obra".

**§ 4º** - As ajudas e doações a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com a Lei Municipal, que regulamenta a destinação de recursos para atender doações a pessoas carentes, visando suprir necessidades comuns e de baixo custo, estabelecendo critérios e forma de comprovação.

**Art. 12** – As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

**Art. 13** - A Classificação da Receita a ser dotada para o orçamento de 2014 obedecerá às disposições do Anexo I da Lei Federal nº 4.320, atualizada pela Portaria 163/2001 e suas alterações.

**Parágrafo único** – A Classificação orçamentária poderá ser alterada diante da superveniência de norma estabelecida pela União Federal.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS RECEITAS**  
**Seção Única**

**Art. 14** – A execução da receita obedecerá às disposições das Seções I e II do Capítulo III, artigos 11 a 14 e demais disposições da LC nº 101/2000, assim como Portaria 326 STN.

**§ 1º** - Na elaboração da proposta orçamentária para 2014 serão levados em consideração, para efeito de previsão de receita, os seguintes fatores:



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

- I – efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II – variações de índices de preços;
- III – crescimento econômico;
- IV – Índice inflacionário

§ 2º - A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será permitido se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos do § 1º do art. 12 da LC Nº 101/00.

**Art. 15** – A concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma prevista na LC Nº 101/2000.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DESPESAS COM PESSOAL**  
**SEÇÃO ÚNICA**

**Art. 16** – Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos nos art. 18º a 23º e demais disposições da LC Nº 101/2000.

**Art. 17** – O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, explicitando, de forma individualizada, os valores de cada item considerado para efeito do cálculo das receitas líquidas e das despesas totais de pessoal, evidenciando o percentual das receitas comprometidas com pessoal.

§ 1º - Para efeito do cálculo de que trata este artigo, entendem-se como despesas de pessoal, o somatório dos gastos do Município com ativos, inativos e os pensionistas, relativos a mandato eletivos, cargos, funções ou



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas à entidade de previdência, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação vigente.

§ 2º - A despesa total com pessoal, para o atendimento das disposições da LC Nº. 101/00 será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 3º - Cabe ao serviço de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados nos §§1º e 2º deste artigo.

**Art. 18** - Para atendimento das disposições do art. 7º da Lei Federal nº 9.424, de 24.12.96, o Poder Executivo poderá conceder abono salarial aos profissionais de magistério, assim como, em decorrência da emenda constitucional 25, ficando autorizado a todos os servidores municipais.

**Art. 19** - A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 19/98, para o exercício de 2014, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, respeitados os limites constantes da LC Nº. 101/00, devendo estar autorizado, também, obedecendo a legislação vigente, conceder reajuste aos Agentes Políticos e Secretariados, limitado ao estabelecido para os servidores municipais.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 20** - Criação de novos cargos ou função e/ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários do município, contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e admitir pessoal aprovado em concurso público, nos termos da legislação vigente.

**CAPÍTULO VI**

**DAS TRANSFERÊNCIAS E SUBVENÇÕES**

**Seção I**

**Repasse de Recursos ao Poder Legislativo**

**Art. 21** - Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura na data estabelecida no art. 168 da Constituição Federal, através de suprimento de fundos de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25 de 14 de fevereiro de 2.000, devendo o controle interno (Contadoria) da Câmara Municipal, consoante art. 74 da Constituição Federal, encaminhar os balancetes ao Poder Executivo, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado.

**Seção II**

**Repasses a Instituições Públicas e Privadas**

**Art. 22** - Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2014, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários privados sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculados ao Município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá, respeitadas as disposições da LC Nº 101/2000, de formalização do instrumento de liberação de recursos e das regras do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

I – de que as entidades sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II – de lei específica, autorizativa da subvenção;

III – da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;

IV – da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

V – da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 31 de julho de 2013.

VI – Não se encontra em situação de inadimplência no que se refere a Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

**Parágrafo único** – Não constará na proposta orçamentária para o exercício de 2014, dotações para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos, I, III, IV e V do presente artigo.

**Art. 23** – A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**CAPÍTULO VII**  
**DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FISCALIZAÇÃO**

**Seção I**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Da Limitação do Empenho**

**Art. 24** – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

- I – com pessoal e encargos patronais;
- II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o dispositivo no artigo 45 da Lei complementar nº 101/2000;

**Art. 25** – O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014 o Cronograma Mensal de Desembolso e as Metas Bimestrais de Arrecadação nos termos dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101.

**Seção II**

**Do Controle Interno**

**Art. 26** – Até a publicação de código de administração financeira própria, o Município adotará as normas e regulamentos do



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

Código de Administração Financeira do Estado da Paraíba, respeitada as disposições da legislação federal em vigor.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS VEDAÇÕES**

**Seção Única**

**Disposições Gerais**

**Art. 27** – Será considerada não autorizada irregular e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de

obrigação em desacordo com o art. 15 da LC nº 101/2000, quando desacompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes, bem como de declaração expressa do ordenador da despesa que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual.

**Art. 28** – É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município; inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

**CAPÍTULO IX**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO  
**DAS DÍVIDAS**

**Seção I**

**DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA**

**Subseção I**

**Dos Precatórios**

**Art. 29** – Será consignada, no orçamento para o exercício de 2014, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2013, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2014, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal.

§ 2º - O Sistema de Controle Interno da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de contabilidade.

**Subseção II**

**Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna**

**Art. 30** - O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Interna, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

**Art. 31** - O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá à disposição da LC Nº 101/2000.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Dos Prazos

**Art. 32** - A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2014 será entregue ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2013 e devolvido para sanção até 30 (trinta) de novembro, consoante disposições da Constituição do Estado da Paraíba.

**Art. 33** - A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2014, será entregue ao Poder Executivo até 31 (trinta e um) de junho de 2013 para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária, observadas as disposições do art. 29-A da CF, com a redação que lhe deu a emenda 58/2009, podendo, em decorrência de erro ou omissão, ser ajustado pelo Poder Executivo através da Contadoria Municipal, evidenciando os motivos.

Seção II

Alterações na Legislação Tributária

**Art. 34** - Os projetos de lei relativos a alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2014, deverão ser encaminhadas ao Poder Legislativo até novembro de 2013 e impreterivelmente ser apreciadas pelo Poder Legislativo antes do recesso parlamentar.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Seção III**

**Das Disposições Gerais**

**Art. 35** - O Poder Executivo poderá firmar convênios, com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infra-estrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, promoção de atividades geradoras de empregos, bem como cooperação técnica e financeira para propiciar realização de atividades e/ou serviços com finalidades públicas.

**Art. 36** - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município, oferecendo sugestões:

I – ao Poder Executivo, até 30 de julho do corrente ano, junto à Secretária de Finanças;

II – ao Poder Legislativo, na comissão técnica, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais;

III – Através de orçamento participativo

§ 1º - As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão às demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

**Art. 37** - A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na lei orçamentária anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas Resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 38** - O valor do Orçamento para o Poder Legislativo a ser incluído no Orçamento Global do Município, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete) por cento, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

**§ 1º** - Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

**§ 2º** - Se o Poder Legislativo não encaminhar no prazo legal sua proposta orçamentária, será considerada como proposta a executada no orçamento vigente, tendo como base de referência, a execução relativa ao mês de julho, prevalecendo os acréscimos ou deduções concernentes a Créditos Especiais.

**Art. 39** - O poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício financeiro de 2014, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

**Art. 40** - A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 1% (hum por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2014, destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 41** – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal através de órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 42** – Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2013, a programação nele constante poderá ser executada até o limite mensal de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Legislativo, até que seja sancionada a respectiva Lei Orçamentária.

**Art. 43** – Os relatórios resumidos da execução orçamentária serão elaborados e divulgados na conformidade dos arts. 52 e 53 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000.

**Art. 44** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 45** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sapé, em 17 de junho de 2013

  
FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO  
Prefeito


**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS-FISCAIS**  
**a) METAS ANUAIS 2014 a 2016**

LRF, art 4º § 1º

| Especificação               | 2014               |                 |                    | 2015               |                 |                    | 2016               |                 |                    |
|-----------------------------|--------------------|-----------------|--------------------|--------------------|-----------------|--------------------|--------------------|-----------------|--------------------|
|                             | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a/PIB X100) | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b/PIB X100) | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c/PIB X100) |
|                             | Receita Total      | 82.898.640      | 77.693.196         |                    | 88.892.212      | 77.696.191         |                    | 95.763.580      | 77.698.645         |
| Receitas Primárias (I)      | 82.631.890         | 77.443.196      |                    | 88.606.176         | 77.446.181      |                    | 95.455.433         | 77.448.627      |                    |
| Despesa Total               | 82.898.640         | 77.693.196      |                    | 88.892.212         | 77.696.191      |                    | 95.763.580         | 77.698.645      |                    |
| Despesas Primárias (II)     | 80.914.021         | 75.833.197      |                    | 86.764.105         | 75.836.120      |                    | 93.470.970         | 75.838.515      |                    |
| Resultado Primário (I - II) | 1.717.869          | 1.609.999       |                    | 1.842.071          | 1.610.061       |                    | 1.984.463          | 1.610.112       |                    |
| Resultado Nominal           | 385.000            | 334.899         |                    | 257.708            | 169.634         |                    | 221.050            | 169.634         |                    |
| Dívida Pública Consolidada  | 11.280.649         | 10.572.305      |                    | 9.971.068          | 8.715.207       |                    | 8.046.237          | 6.528.387       |                    |
| Dívida Consolidada Líquida  | 10.533.449         | 9.872.023       |                    | 9.021.068          | 7.884.860       |                    | 7.546.237          | 6.122.708       |                    |

| VARIÁVEIS                               | 2014                           | 2015 | 2016 |
|-----------------------------------------|--------------------------------|------|------|
|                                         | PIB real (crescimento % anual) | -    | -    |
| Inflação média (%anual) projetada INPC  | -                              | -    | -    |
| Projeção do PIB do Estado               | -                              | 7,23 | 7,73 |
| Variação Transferências Constitucionais | 6,70                           |      |      |

PIB da Paraíba 2010 - 31.947.059 (Fonte IBGE)  
 PIB do Município de SAPÉ 2010 - 262.173 (Fonte IBGE)  
 A média da variação das Transferências Constitucionais recebidas pelo Município 2008/2012 (Fonte Balançetes Mensais e STN)

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

*RF*

**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**1 - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**b) AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**EXERCÍCIO DE 2014**

LR.F: art 4º, § 2º, inciso I

| Especificação               | Metas Previstas em 2012 (a) | % PIB | Metas Realizadas em 2012 (b) | % PIB | Variação        |               |
|-----------------------------|-----------------------------|-------|------------------------------|-------|-----------------|---------------|
|                             |                             |       |                              |       | Valor (b - a)   | % (c/a) x 100 |
| Receita Total               | 78.213.287,00               |       | 65.451.118,00                |       | (12.762.169,00) | (16,32)       |
| Receitas Primárias (I)      | 77.982.287,00               |       | 65.310.894,00                |       | (12.671.393,00) | (16,25)       |
| Despesa Total               | 78.213.287,00               |       | 73.105.328,00                |       | (5.107.959,00)  | (6,53)        |
| Despesas Primárias (II)     | 74.388.159,00               |       | 61.824.679,00                |       | (12.563.480,00) | (16,89)       |
| Resultado Primário (I - II) | 3.594.128,00                |       | 3.486.215,00                 |       | (107.913,00)    | (3,00)        |
| Resultado Nominal           | 380.000,00                  |       | 420.000,00                   |       | 40.000,00       | -             |
| Dívida Pública Consolidada  | 11.280.649,00               |       | 11.280.649,00                |       | -               | -             |
| Dívida Consolidada Líquida  | 10.164.647,00               |       | 10.164.647,00                |       | -               | -             |

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.**  
**1 - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**c) METAS FISCAIS ATUAIS COMARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**ANO 2014**

LRF - art 4º, § 2º, inciso II

| Especificação               | VALORES A PREÇOS CORRENTES |            |               |                 |            |            | %       |
|-----------------------------|----------------------------|------------|---------------|-----------------|------------|------------|---------|
|                             | Ano 2011                   | Ano 2012   | Ano 2013      | Referência 2014 | Ano 2015   | Ano 2016   |         |
| Receita Total               | 61.595.948                 | 78.213.287 | 77.693.197    | 82.898.640      | 88.892.212 | 95.763.580 | 7,73    |
| Receitas Primárias (I)      | 61.515.948                 | 77.982.287 | 77.445.454    | 82.631.890      | 88.606.176 | 95.455.433 | 7,73    |
| Despesa Total               | 61.595.948                 | 78.213.287 | 77.693.197    | 82.898.640      | 88.892.212 | 95.763.580 | 7,73    |
| Despesas Primárias (II)     | 59.735.948                 | 74.388.159 | 75.833.187    | 80.914.021      | 86.764.105 | 93.470.970 | 7,73    |
| Resultado Primário (I - II) | 1.780.000                  | 3.594.128  | 1.612.257     | 1.717.869       | 1.842.071  | 1.984.463  | 7,73    |
| Resultado Nominal           | 290.000                    | 380.000    | 325.000       | 365.000         | 257.708    | 221.050    | (14,22) |
| Dívida Pública Consolidada  | 6.226.237                  | 11.280.649 | 11.280.649,00 | 11.280.649      | 9.971.068  | 8.046.237  | (19,30) |
| Dívida Consolidada Líquida  | 5.726.237                  | 10.164.647 | 10.164.647,00 | 10.533.449      | 9.021.068  | 7.546.237  | (16,95) |

**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**

| Especificação               | VALORES A PREÇOS CONSTANTES |            |            |                 |            |            | %       |
|-----------------------------|-----------------------------|------------|------------|-----------------|------------|------------|---------|
|                             | Ano 2011                    | Ano 2012   | Ano 2013   | Referência 2014 | Ano 2015   | Ano 2016   |         |
| Receita Total               | 40.079.253                  | 61.595.948 | 78.213.287 | 77.693.196      | 77.696.191 | 77.698.645 | 0,00    |
| Receitas Primárias (I)      | 40.021.612                  | 61.515.948 | 77.982.287 | 77.443.196      | 77.446.181 | 77.448.627 | 0,00    |
| Despesa Total               | 40.079.253                  | 61.595.948 | 78.213.287 | 77.693.196      | 77.696.191 | 77.698.645 | 0,00    |
| Despesas Primárias (II)     | 38.663.653                  | 59.735.948 | 74.388.159 | 75.833.197      | 75.836.120 | 75.838.515 | 0,00    |
| Resultado Primário (I - II) | 1.357.959                   | 1.780.000  | 3.594.128  | 1.609.999       | 1.610.061  | 1.610.112  | 0,00    |
| Resultado Nominal           | 290.000                     | 290.000    | 380.000    | 334.899         | 169.634    | 169.634    | (28,09) |
| Dívida Pública Consolidada  | 6.124.069                   | 6.226.237  | 11.280.649 | 10.572.305      | 8.715.207  | 6.528.387  | (22,35) |
| Dívida Consolidada Líquida  | 5.808.296                   | 5.726.237  | 10.164.647 | 9.872.023       | 7.884.860  | 6.122.708  | (22,35) |

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

MUNICÍPIO DE SAPE - PB  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 I - ANEXO DE METAS FISCAIS  
 d) EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 EXERCÍCIO DE 2013

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

|                           | Ano 2012      | %      | Ano 2011      | %      | Ano 2010      | %      |
|---------------------------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> |               |        |               |        |               |        |
| Patrimônio/Capital        | 16.140.400,00 | 100,00 | 13.455.441,42 | 100,00 | 12.796.686,22 | 100,00 |
| Reservas                  | -             | -      | -             | -      | -             | -      |
| Resultado Acumulado       | 16.140.400,00 | 100,00 | 13.455.441,42 | 100,00 | 12.796.686,22 | 100,00 |
| <b>TOTAL</b>              |               |        |               |        |               |        |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

|                           | Ano 2012     | % | Ano 2011     | %    | Ano 2010     | % |
|---------------------------|--------------|---|--------------|------|--------------|---|
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> |              |   |              |      |              |   |
| Patrimônio/Capital        | 3.762.233,09 | - | 2.708.871,05 | -    | 1.532.346,05 | - |
| Reservas                  | -            | - | -            | 0,00 | -            | - |
| Resultado Acumulado       | 3.762.233,09 | - | 2.708.871,05 | -    | 1.532.346,05 | - |
| <b>TOTAL</b>              |              |   |              |      |              |   |


  
 FLÁVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO  
 Prefeito

MUNICIPIO DE SAPÉ - PB.  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
 I - ANEXO DE METAS FISCAIS  
 e) ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.  
 EXERCÍCIO DE 2014

LR.F. art.4º, § 2º, inciso III

| RECEITAS REALIZADAS                           | Ano 2011<br>(a)   | Ano 2010<br>(d)   | Ano 2009 |
|-----------------------------------------------|-------------------|-------------------|----------|
| RECEITAS DE CAPITAL                           | -                 | -                 | -        |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS                           | -                 | -                 | -        |
| Alienação de Bens Móveis                      | -                 | -                 | -        |
| Alienação de Bens Imóveis                     | -                 | -                 | -        |
| TOTAL                                         | -                 | -                 | -        |
| DESPESAS LIQUIDADAS                           | Ano 2011<br>(b)   | Ano 2010<br>(e)   | Ano 2009 |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS | -                 | -                 | -        |
| DESPESAS DE CAPITAL                           | -                 | -                 | -        |
| Investimentos                                 | -                 | -                 | -        |
| Inversões Financeiras                         | -                 | -                 | -        |
| Amortização da Dívida                         | -                 | -                 | -        |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.     | -                 | -                 | -        |
| Regime Geral de Previdência Social            | -                 | -                 | -        |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos        | -                 | -                 | -        |
| TOTAL                                         | (c) = (a-b) + (f) | (f) = (d-e) + (g) | (g)      |
| SALDO FINANCEIRO                              | -                 | -                 | -        |

Fonte: Balanços Anuais.

  
 FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO  
 Prefeito

MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

II RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

R\$ 1,00

| AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")           | 2010                | 2011                | 2012                  |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|
| <b>RECEITAS</b>                                                             |                     |                     |                       |
| <b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>     | <b>860.883,03</b>   |                     | <b>473.617,97</b>     |
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>                                                   | <b>860.883,03</b>   |                     | <b>473.617,97</b>     |
| Receita de Contribuições dos Segurados                                      | 777.796,88          |                     | 396.721,82            |
| Pessoal Civil                                                               |                     |                     |                       |
| Pessoal Militar                                                             |                     |                     |                       |
| Outras Receitas de Contribuições                                            | 82.908,12           |                     | 61.317,45             |
| Receita Patrimonial                                                         |                     |                     |                       |
| Receita de Serviços                                                         | 178,03              |                     | 15.578,70             |
| Outras Receitas Correntes                                                   |                     |                     |                       |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS                              | 178,03              |                     | 15.578,70             |
| Outras Receitas Correntes                                                   |                     |                     |                       |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>                                                  |                     |                     |                       |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos                                        |                     |                     |                       |
| Amortização de Empréstimos                                                  |                     |                     |                       |
| Outras Receitas de Capital                                                  |                     |                     |                       |
| <b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>                                              | <b>1.336.999,09</b> |                     | <b>2.332.905,41</b>   |
| <b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>           | <b>1.336.999,09</b> |                     | <b>2.332.905,41</b>   |
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>                                                   | <b>1.336.999,09</b> |                     | <b>2.332.905,41</b>   |
| Receita de Contribuições                                                    |                     |                     |                       |
| Patronal                                                                    | 37.341,39           |                     | 30.750,30             |
| Pessoal Civil                                                               | 37.341,39           |                     | 30.750,30             |
| Pessoal Militar                                                             |                     |                     |                       |
| Cobertura de Déficit Atuarial                                               |                     |                     |                       |
| Regime de Débitos e Parcelamentos                                           | 1.299.657,70        |                     | 2.302.155,11          |
| Receita Patrimonial                                                         |                     |                     |                       |
| Receita de Serviços                                                         |                     |                     |                       |
| Outras Receitas Correntes                                                   |                     |                     |                       |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>                                                  |                     |                     |                       |
| <b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>                                              |                     |                     |                       |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>                  | <b>2.197.882,12</b> |                     | <b>2.806.523,38</b>   |
| <b>DESPESAS</b>                                                             |                     |                     |                       |
| <b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b>    | <b>2.264.237,00</b> |                     | <b>3.966.182,97</b>   |
| <b>ADMINISTRAÇÃO</b>                                                        | <b>226.031,65</b>   |                     | <b>328.153,38</b>     |
| Despesas Correntes                                                          | 221.703,65          |                     | 325.510,38            |
| Despesas de Capital                                                         | 4.328,00            |                     | 2.643,00              |
| <b>PREVIDÊNCIA</b>                                                          | <b>2.038.205,35</b> |                     | <b>3.638.029,59</b>   |
| Pessoal Civil                                                               | 2.038.205,35        |                     | 3.638.029,59          |
| Pessoal Militar                                                             |                     |                     |                       |
| Outras Despesas Previdenciárias                                             |                     |                     |                       |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS                              |                     |                     |                       |
| Demais Despesas Previdenciárias                                             |                     |                     |                       |
| <b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>            |                     |                     |                       |
| <b>ADMINISTRAÇÃO</b>                                                        |                     |                     |                       |
| Despesas Correntes                                                          |                     |                     |                       |
| Despesas de Capital                                                         |                     |                     |                       |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>                   | <b>2.264.237,00</b> |                     | <b>3.966.182,97</b>   |
| <b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>                          | <b>(66.354,88)</b>  |                     | <b>(1.159.659,59)</b> |
| <b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b> |                     |                     |                       |
| <b>TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS</b>                                        |                     |                     |                       |
| Plano Financeiro                                                            |                     |                     |                       |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras                       | NADA                | A                   | INFORMAR              |
| Recursos para Formação de Reserva                                           |                     |                     |                       |
| Outros Aportes para o RPPS                                                  |                     |                     |                       |
| Plano Previdenciário                                                        |                     |                     |                       |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro                               |                     |                     |                       |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial                                 |                     |                     |                       |
| Outros Aportes para o RPPS                                                  |                     |                     |                       |
| <b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>                                         | <b>938.617,22</b>   | <b>1.164.703,15</b> | <b>81.085,05</b>      |
| <b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>                                              |                     |                     |                       |
| <b>FONTE: Balanço do Instituto de Previdência</b>                           |                     |                     |                       |

FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO  
Prefeito

MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 I - ANEXO DE METAS FISCAIS  
 G) PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS  
 EXERCÍCIO DE 2014

AMF - Tabela 7 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

| Exercício | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (Exerc Ant + (c)) |
|-----------|------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| 2011      |                              |                              |                                      | 1.164.703,15                                          |
| 2012      | 2.806.523,00                 | 3.096.032,65                 | (289.509,65)                         | 875.193,50                                            |
| 2013      | 2.876.686,08                 | 3.250.834,28                 | (374.148,21)                         | 501.045,29                                            |
| 2014      | 2.948.603,23                 | 3.413.376,00                 | (464.772,77)                         | 36.272,52                                             |
| 2015      | 3.022.318,31                 | 3.584.044,80                 | (561.726,49)                         | (525.453,97)                                          |
| 2016      | 3.097.876,27                 | 3.763.247,04                 | (665.370,77)                         | (1.190.824,74)                                        |
| 2017      | 3.175.323,17                 | 3.951.409,39                 | (776.086,22)                         | (1.966.910,95)                                        |
| 2018      | 3.254.706,25                 | 4.148.979,86                 | (894.273,61)                         | (2.861.184,56)                                        |
| 2019      | 3.336.073,91                 | 4.356.428,85                 | (1.020.354,94)                       | (3.881.539,50)                                        |
| 2020      | 3.419.475,76                 | 4.574.250,29                 | (1.154.774,54)                       | (5.036.314,04)                                        |
| 2021      | 3.504.962,65                 | 4.802.962,81                 | (1.298.000,16)                       | (6.334.314,20)                                        |
| 2022      | 3.592.586,72                 | 5.043.110,95                 | (1.450.524,23)                       | (7.784.838,43)                                        |
| 2023      | 3.682.401,38                 | 5.295.266,50                 | (1.612.865,11)                       | (9.397.703,54)                                        |
| 2024      | 3.774.461,42                 | 5.560.029,82                 | (1.785.568,40)                       | (11.183.271,95)                                       |
| 2025      | 3.868.822,95                 | 5.838.031,31                 | (1.969.208,36)                       | (13.152.480,30)                                       |
| 2026      | 3.965.543,53                 | 6.129.932,88                 | (2.164.389,35)                       | (15.316.869,65)                                       |
| 2027      | 4.064.682,12                 | 6.436.429,52                 | (2.371.747,41)                       | (17.688.617,06)                                       |
| 2028      | 4.166.299,17                 | 6.758.251,00                 | (2.591.951,83)                       | (20.280.568,89)                                       |
| 2029      | 4.270.456,65                 | 7.096.163,55                 | (2.825.706,90)                       | (23.106.275,79)                                       |
| 2030      | 4.377.218,06                 | 7.450.971,72                 | (3.073.753,66)                       | (26.180.029,45)                                       |
| 2031      | 4.486.648,51                 | 7.823.520,31                 | (3.336.871,79)                       | (29.516.901,24)                                       |
| 2032      | 4.598.814,73                 | 8.214.696,33                 | (3.615.881,60)                       | (33.132.782,84)                                       |
| 2033      | 4.713.785,10                 | 8.625.431,14                 | (3.911.646,05)                       | (37.044.428,88)                                       |
| 2034      | 4.831.629,72                 | 9.056.702,70                 | (4.225.072,98)                       | (41.269.501,86)                                       |
| 2035      | 4.952.420,47                 | 9.509.537,83                 | (4.557.117,37)                       | (45.826.619,23)                                       |
| 2036      | 5.076.230,98                 | 9.985.014,73                 | (4.908.783,75)                       | (50.735.402,97)                                       |
| 2037      | 5.203.136,75                 | 10.484.265,46                | (5.281.128,71)                       | (56.016.531,68)                                       |
| 2038      | 5.333.215,17                 | 11.008.478,73                | (5.675.263,56)                       | (61.691.795,25)                                       |
| 2039      | 5.466.545,55                 | 11.558.902,67                | (6.092.357,12)                       | (67.784.152,37)                                       |
| 2040      | 5.603.209,19                 | 12.136.847,80                | (6.533.638,62)                       | (74.317.790,98)                                       |
| 2041      | 5.743.289,42                 | 12.743.690,20                | (7.000.400,78)                       | (81.318.191,76)                                       |
| 2042      | 5.886.871,65                 | 13.380.874,70                | (7.494.003,05)                       | (88.812.194,81)                                       |
| 2043      | 6.034.043,45                 | 14.049.918,44                | (8.015.874,99)                       | (96.828.069,80)                                       |
| 2044      | 6.184.894,53                 | 14.752.414,36                | (8.567.519,83)                       | (105.395.589,63)                                      |
| 2045      | 6.339.516,90                 | 15.490.035,08                | (9.150.518,18)                       | (114.546.107,82)                                      |
| 2046      | 6.498.004,82                 | 16.264.536,83                | (9.766.532,02)                       | (124.312.639,83)                                      |
| 2047      | 6.660.454,94                 | 17.077.763,68                | (10.417.308,74)                      | (134.729.948,57)                                      |

  
 FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO  
 Prefeito

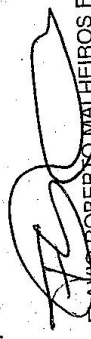


**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**III - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**h) ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2014**

R\$ 1,00

| AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) | MODALIDADE | SETORES/<br>PROGRAMAS/<br>BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA |          |      | COMPENSAÇÃO |
|-----------------------------------------------|------------|----------------------------------------|------------------------------|----------|------|-------------|
|                                               |            |                                        | 2013                         | 2014     | 2015 |             |
| TRIBUTOS                                      |            | NADA                                   | A                            | INFORMAR |      |             |
| <b>TOTAL</b>                                  |            |                                        |                              |          |      |             |

OBS.: Não há renúncia de receita prevista.

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

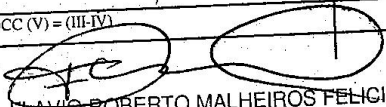
**MUNICÍPIO DE SAPÉ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**1 - ANEXO DE METAS FISCAIS**

**i) MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**EXERCÍCIO 2014**

R\$ 1,00

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| EVENTOS                                           | Valor Previsto para 2013 |
|---------------------------------------------------|--------------------------|
| Aumento Permanente da Receita                     | NADA                     |
| (-) Transferências Constitucionais                |                          |
| (-) Transferências ao FUNDEB                      | A                        |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)  |                          |
| Redução Permanente de Despesa (II)                |                          |
| Margem Bruta (III) = (I+II)                       |                          |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)              | INFORMAR                 |
| Novas DOCC                                        |                          |
| Novas DOCC geradas por PPP                        |                          |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) |                          |
| OBS.: NADA A INFORMAR                             |                          |

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito


**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**1 - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**h) ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2014**

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES/<br>PROGRAMAS/<br>BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA |          |      | COMPENSAÇÃO |
|---------|------------|----------------------------------------|------------------------------|----------|------|-------------|
|         |            |                                        | 2013                         | 2014     | 2015 |             |
|         |            | NADA                                   | A                            | INFORMAR |      |             |
| TOTAL   |            |                                        |                              |          |      |             |

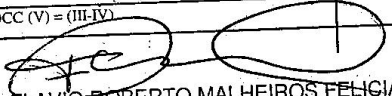
OBS.: Não há renúncia de receita prevista.

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

**MUNICÍPIO DE SAPÉ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS FISCAIS**

**i) MARGÊM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**EXERCÍCIO 2014**

| AMF - Tabela-9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)     | R\$ 1,00                 |
|---------------------------------------------------|--------------------------|
| EVENTOS                                           | Valor Previsto para 2013 |
| Aumento Permanente da Receita                     |                          |
| (-) Transferências Constitucionais                | NADA                     |
| (-) Transferências ao FUNDEB                      |                          |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)  | A                        |
| Redução Permanente de Despesa (II)                |                          |
| Margem Bruta (III) = (I+II)                       |                          |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)              | INFORMAR                 |
| Novas DOCC                                        |                          |
| Novas DOCC geradas por PPP                        |                          |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) |                          |
| OBS.: NADA A INFORMAR                             |                          |

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

ANEXOS DE METAS FISCAIS PARA 2014  
j) Fixação despesas de capital para o exercício de 2014

| AÇÃO                                                                       | VALOR        |
|----------------------------------------------------------------------------|--------------|
| <b>CÂMARA MUNICIPAL DE SAPE</b>                                            |              |
| Ampliação e Reforma da Câmara Municipal                                    | 65.000,00    |
| Aquisição de Equipamentos para Câmara Municipal                            | 40.000,00    |
| <b>GABINETE DO PREFEITO</b>                                                |              |
| Aquisição de Equipamentos para o Gabinete do Prefeito                      | 60.000,00    |
| Aquisição de Equipamentos para a Procuradoria e Assessoria Jurídica        | 20.000,00    |
| <b>GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>                                           |              |
| Aquisição de Equipamentos para o Gabinete do Vice-Prefeito                 | 60.000,00    |
| <b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>                                         |              |
| Aquisição de Equipamentos para Secretaria de Administração                 | 25.000,00    |
| Implantação de redes de Informática                                        | 20.000,00    |
| Melhoria na estrutura física do prédio sede da prefeitura                  | 100.000,00   |
| <b>SECRETARIA DE FINANÇAS</b>                                              |              |
| Aquisição de Equipamentos para Secretaria de Administração                 | 20.000,00    |
| <b>SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO</b>                                      |              |
| Aquisição de Equipamentos para Secretaria de Controle Interno              | 20.000,00    |
| <b>SECRETARIA DE AGRICULTURA</b>                                           |              |
| Aquisição de Equipamentos para Secretaria de Agricultura                   | 50.000,00    |
| Aquisição de Equipamentos e máquinas agrícolas                             | 250.000,00   |
| Construir/Recuperar Passagens Molhadas, bueiros e pontes                   | 80.000,00    |
| Construir/Recuperar Cisternas, barragens, poços e açudes                   | 150.000,00   |
| Construir/Reformar Matadouro Público                                       | 180.000,00   |
| <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>                                    |              |
| Desapropriação de Imóveis                                                  | 80.000,00    |
| Construção de quadras cobertas                                             | 600.000,00   |
| Construção de escolas de ensino fundamental                                | 700.000,00   |
| Reforma e ampliação de escolas da zona urbana                              | 850.000,00   |
| Reforma e ampliação de escolas da zona rural                               | 600.000,00   |
| Construção de Crèches neste município                                      | 3.000.000,00 |
| Aquisição de Equipamentos para Escolas municipais                          | 100.000,00   |
| Aquisição de Veículos escolares                                            | 150.000,00   |
| Aquisição de veículos para serviços de supervisão                          | 60.000,00    |
| Implantação de Escola de Música                                            | 25.000,00    |
| Construção/Reforma de Ginásio de Esporte e Unidades Esportivas             | 100.000,00   |
| <b>SECRETARIA DE OBRAS E D. URBANO</b>                                     |              |
| Desapropriação de Imóveis                                                  | 65.000,00    |
| Ampliação dos serviços de esgotamento sanitário                            | 600.000,00   |
| Implantação dos serviços de abastecimento d'água com ligações domiciliares | 200.000,00   |

|                                                                         |                      |
|-------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social                | 250.000,00           |
| Implantação de pavimentação com sistema de drenagem pluvial             | 180.000,00           |
| Construção/Reforma/Ampliação do Mercado Público Central e Nova Brasília | 250.000,00           |
| Construção de Passagem molhadas, bueiros e pontes                       | 80.000,00            |
| Melhorias nas estradas vicinais                                         | 75.000,00            |
| Construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares                         | 200.000,00           |
| Construção/Reforma de Praças e revitalização de calçada                 | 95.000,00            |
| Reforma/ampliação de Prédios públicos do município                      | 80.000,00            |
| Construir acessibilidade em calçadas, prédios e vias públicas           | 35.000,00            |
| <b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>                                              |                      |
| Desapropriação de Imóveis                                               | 45.000,00            |
| Construção de Unidades Básica de Saúde                                  | 1.000.000,00         |
| Reforma e Ampliação do Hospital Sá Andrade Sape                         | 800.000,00           |
| Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde e Sec de Saúde         | 500.000,00           |
| Reforma e Ampliação de Unidades de PSF                                  | 650.000,00           |
| Construção de UPA                                                       | 2.800.000,00         |
| Aquisição de Ambulancias                                                | 200.000,00           |
| Recuperação e Ampliação da Policlínica                                  | 100.000,00           |
| Ampliação do Centro de Atendimento Odontológico                         | 85.000,00            |
| <b>SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL - FMAS</b>                             |                      |
| Construir/Ampliar/Recuperar/Equipar prédios do PETI                     | 75.000,00            |
| Construir/Ampliar/Recuperar/Equipar prédios do Pro-Jovem                | 85.000,00            |
| Construir/Ampliar/Recuperar/Equipar prédios do CRAS                     | 30.000,00            |
| Criação de Centro ref. Para a mulher                                    | 150.000,00           |
| Construir/recuperar Centro de Convivência para Idoso                    | 35.000,00            |
| Desapropriação de Imóveis                                               | 30.000,00            |
| Construir/Ampliar/Recuperar/Equipar prédios de Programas Sociais        | 45.000,00            |
| <b>DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO</b>                               |                      |
| Aquisição de Equipamentos para Departamento de Trânsito                 | 25.000,00            |
| <b>PREVI-SAPE</b>                                                       |                      |
| Aquisição de Equipamentos para Previ-Sapé                               | 20.000,00            |
| <b>TOTAL</b>                                                            | <b>16.190.000,00</b> |

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

MUNICÍPIO DE SAPÉ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
II - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2014

LRF: art 4º, § 3º

R\$ 1,00

| RISCOS FISCAIS                                                             |                     | PROVIDÊNCIAS                                                                                                         |                     |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Descrição                                                                  | Valor               | Descrição                                                                                                            | Valor               |
| Aumento do Salário Mínimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal | 890.000,00          | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência                                                  | 35.000,00           |
| Ocorrências de epidemias ou outras Calamidades Públicas                    | 150.000,00          | Abertura de créditos adicionais a partir da anulação de dotação do Orçamento e/ou excesso de arrecadação da receita. | 1.005.000,00        |
| <b>TOTAL</b>                                                               | <b>1.040.000,00</b> | <b>TOTAL</b>                                                                                                         | <b>1.040.000,00</b> |

  
FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO  
Prefeito

MUNICÍPIO DE SAPÉ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
II - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2014

R\$ 1,00

| RISCOS FISCAIS                                                             |                     | PROVIDÊNCIAS                                                                                                         |                     |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Descrição                                                                  | Valor               | Descrição                                                                                                            | Valor               |
| Aumento do Salário Mínimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal | 890.000,00          | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência                                                  | 35.000,00           |
| Ocorrências de epidemias ou outras Calamidades Públicas                    | 150.000,00          | Abertura de créditos adicionais a partir da anulação de dotação do Orçamento e/ou excesso de arrecadação da receita. | 1.005.000,00        |
| <b>TOTAL</b>                                                               | <b>1.040.000,00</b> | <b>TOTAL</b>                                                                                                         | <b>1.040.000,00</b> |

  
 FLÁVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO  
 Prefeito